A URGÊNCIA DA DIMENSÃO HUMANA: REFLEXÕES SOBRE O ESPAÇO URBANO POR JAN GEHL NO LIVRO “CIDADE PARA PESSOAS” E A RELAÇÃO COM O TURISMO

Aline Medeiros Spinelli

Gutenbergue Viana da Silva

Paulo Pedro de Freitas Filho

RESUMO: A “saúde” de uma cidade e o bem-estar de seus moradores podem ser evidenciados no zelo dado a suas áreas de uso coletivo, uma vez que a ocupação dos mesmos pode contribuir para o afastamento de problemas indesejáveis como a violência e a poluição, por exemplo. Partindo do pressuposto de que a falta de espaços de lazer interfere também na oferta turística de uma localidade, por meio da leitura do livro “Cidade para pessoas”, do arquiteto e urbanista dinamarquês Jan Gehl, buscamos trazer suas reflexões sobre a importância da dimensão humana no planejamento das cidades e quais seriam os naturais benefícios que o turismo obteria a partir dessa perspectiva. Concluímos que o planejamento urbanístico centrado na condição humana propicia mais chances de desenvolvimento às destinações à medida que combate à sazonalidade e amplia a oferta turística.

Palavras-chave: Turismo; Planejamento Urbano; Espaços Públicos.

ABSTRACT: The "health" of a city and the welfare of its residents can be evidenced in the good treat of their areas of collective use, because the occupation of these can contribute to the removal of unwanted problems such as violence and pollution, for example. Assuming that the lack of leisure facilities also interfere in the tourist offer of a destination, by reading the book "Cities for people", written by Danish architect and urban planner Jan Gehl, we seek to bring their thoughts on the importance of the human dimension in the planning of cities and what would be the natural benefits that tourism could obtain from that perspective. We concluded that the urban planning centered on the human condition provides more chances of development to destinations by combating seasonality and extending the tourist offer.

Keywords: Tourism; Urban Planning; Public Spaces.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Quando a maioria das pessoas pensa em turismo, associa logo esta atividade à ideia de desenvolvimento econômico para as destinações receptoras, através da geração de renda e postos de trabalho. Realmente, quando o poder público cria as condições para a iniciativa privada investir no setor, muitos se beneficiam. Na sociedade, aumentam-se a informação e a integração entre diferentes “mundos” e a cultura local pode sobreviver ou “renovar-se” graças ao interesse despertado pelos turistas.

No entanto, sabemos que estes impactos econômicos e socioculturais positivos, principalmente em países em desenvolvimento como Brasil, estão longe de tornar-se uma realidade comprovada em todas as localidades turísticas "desenvolvidas". Isso porque o Estado ainda é falho: não consegue prover a seus cidadãos educação, saúde, moradia, entre outras necessidades básicas. Tampouco, dá ao turismo o destaque que merece em seus programas de desenvolvimento nacional.

Nesse contexto, nossas cidades seguem uma tendência de desvalorização dos espaços públicos que é prejudicial à qualidade de vida de seus residentes e que, inevitavelmente, reflete no turismo.

Partimos do pressuposto de que a "saúde" de uma cidade e o bem-estar de seus moradores podem ser evidenciados no zelo dado a essas áreas de uso coletivo, uma vez que a ocupação dos mesmos pode contribuir para o afastamento de problemas indesejáveis como a violência e a poluição, por exemplo.

A defesa pela obtenção de novos espaços não deve ser necessariamente o único papel do poder público, mas também, o cuidado e a conservação dos já existentes

Vale ressaltar, inclusive, que a falta de espaços de lazer interfere também na oferta turística de uma localidade: um visitante não se sentirá atraído para "explorar" a destinação se não consegue vê-la ocupada por seus cidadãos locais.

A partir da leitura do livro "Cidade para pessoas", do arquiteto e urbanista dinamarquês Jan Gehl, buscamos trazer suas reflexões sobre a importância da dimensão humana no planejamento das cidades e quais seriam os naturais benefícios que o turismo obteria a partir dessa perspectiva. Para isso, fizemos uma pesquisa bibliográfica, por meio de livros e artigos, direcionada aos estudos sobre turismo e espaços públicos.

CONCEITOS, DEFINIÇÕES E IDEIAS SOBRE O TURISMO E A VIDA CITADINA

Para Ignarra (2003), a atividade é o resultado da combinação de elementos que se aliam para a concretização de uma viagem. Serviços como alojamento,

transportes, alimentação, entretenimento e comércio são concebidos para atender às necessidades de visitantes provenientes de outras localidades.

Essa é apenas uma dentre as várias possibilidades que existem para definir “turismo”. Por isso, Barreto (2005) alerta que esse grande número de conceituações revela a diversidade de fundamentações teóricas acerca do tema: seja como prática social seja como área do conhecimento.

Atualmente chama-se de turismo tanto o ato praticado pelos turistas, quanto ao sistema comercial engendrado para satisfazê-los, sem contar as relações políticas, sociais e financeiras que decorrem deste fenômeno.

Portanto, para tentar solucionar esse enleio, a autora sugere, ao categorizar, que:

> o turismo passaria a ser entendido como uma prática social e o sistema turístico como uma série ordenada de serviços criados a partir de tal prática; as múltiplas relações que se estabelecem, na prática do turismo, com o sistema turístico e com lugares visitados constituiriam o fenômeno turístico e os estudos sobre fenômeno turístico, a turismologia. (BARRETO, 2005, p. 16).

Lage e Milone (2000) concordam que se trata de uma atividade socioeconômica, geradora de bens e serviços (básicos e secundários) para o indivíduo; tendo como pano de fundo, múltiplas relações, que não encontram mais tantos limites: fronteiras geográficas ou tempo.

Em contraste, Molina e Rodríguez (2001) encaram o turismo atual como produto da cultura, em seu sentido amplo. Essa visão opõe-se às explicações de caráter puramente econômico, que são bastante utilizadas para compreender o fenômeno turístico. Obviamente, tais contribuições são válidas, sobretudo em termos estatísticos, porém insuficientes, porque não ponderam as idiossincrasias (não quantificáveis) do turismo.

Praticar o ócio é uma possibilidade de sair da rotina, repor energias e desenvolver habilidades de maneira criativa, elevando qualitativamente o estado de bem-estar das pessoas. A evasão/alienação, por sua vez, figura-se como mero rompimento temporal com o meio (desconexão) e não propicia rebuscamento intelectual. (MOLINA; RODRÍGUEZ, 2001).

Turismo e lazer, desse modo, convergem, inclusive para entendermos o que Gastal (2005, p.12) tem a dizer sobre os turistas: “pessoas que saem das suas rotinas espaciais e temporais por um período de tempo determinado" e acrescenta, também, "mesmo aquelas pessoas que morando numa grande cidade, num determinado bairro, aproveitam o fim de semana para buscar outros espaços nessa mesma cidade (...) também serão considerados".

O turismo é capaz de converter certos recursos/equipamentos, inicialmente não planejados para ter fins turísticos, em verdadeiros atrativos, após ganharem determinada ressignificação.

Por outro lado, a convivência com o novo perpassa pela satisfação de desejos e emoções ligadas à informação cultural e artística, por meio da visitação e apreciação de monumentos históricos, museus, concertos musicais, entre outros. Além desta busca em aprender e entender o objeto da visitação, a atividade deve propiciar experiências participativas, integrando o turista às práticas (fazeres e saberes) do cotidiano das populações autóctones.

Logo, para que determinada destinação turística continue mantendo um fluxo considerável de visitantes, em qualquer temporada do ano, é necessário que os recursos estejam bem conservados e que a própria comunidade desempenhe um papel engajado: fiscalizando, salvaguardando e valorizando os elementos do seu passado, à medida que garante melhores condições de vida para o seu presente.

Cabe destacar, segundo Molina e Rodríguez (2001), que o turismo, como atividade não produtiva (do setor terciário), pode apenas cumprir funções complementares em relação à economia, uma vez que não gera desenvolvimento nacional, regional ou local, porque não aumenta a reserva de bens de consumo e capital, ou seja, não gera acumulação. Logo, deve ser fomentada, concomitantemente, com o crescimento simultâneo de outros setores.

Erroneamente, diversos municípios, dos mais importantes àqueles mais isolados, se candidatam a “cidades turísticas” ou membros de uma “região turística” para, naturalmente, se beneficiarem dos projetos de fomento à atividade. Mas toda superfície do globo pode ser considerada “turística”?

Segundo Boullón (2002), não. Para substituir a ideia generalizante e equivocada de “região turística”, o autor desenvolveu a teoria do espaço turístico,

que representa o resultado da presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos (matéria-prima da atividade), em conjunto com o empreendimento e a infraestrutura turísticas.

Por outro lado, os elementos do espaço do turismo são bem abordados por Rodrigues (2001), por meio da análise da obra Espaço e Método, de Milton Santos, fica claro o entrelaçamento dos componentes e sua relação com a atividade: “homem” (turistas, população residente, trabalhadores do setor); “firmas” (prestadores de serviços como meios de hospedagem, companhias aéreas, agências e operadoras); “instituições” (Organização Mundial do Turismo, Embratur etc.); “infraestruturas” (acesso, transportes, comunicação, saneamento etc.); e “meio ecológico” (o ambiente natural, o construído e o ocupado).

Definida por Rolnik (1994), como “fruto da imaginação e trabalho articulado de muitos homens, a cidade é uma obra coletiva que desafia a natureza”. Ela pode ser vista como “ímã”, por seu poder de atrair, reunir e concentrar pessoas; como “escrita”, por ser um registro da vida social; como “política”, no sentido de participação dos cidadãos na vida pública; e como “mercado”, fruto da divisão de trabalho e necessidade de consumo.

Segundo Gastal (2001), é imprescindível que planejadores ou gestores estejam cientes de que a cidade, palco principal onde se desenvolve a vida urbana, se consolida também como produto cultural e turístico.

Portanto, deve-se considerar que os patrimônios artísticos, arquitetônicos e urbanísticos, que fazem parte da memória das municipalidades, são importantes elementos de enriquecimento da paisagem urbana. Esse legado, quando bem gerido, proporciona a elaboração de novos equipamentos específicos de lazer e colabora para uma ambiência cultural mais rica para a cidade. Por isso, para Marcellino et al (2006, p. 55), “ao preservar a identidade dos locais, é possível manter e até mesmo aumentar o potencial turístico de nossas cidades.”

Para Yázigi (2003, p. 78), novos vândalos são “seres do nosso cotidiano, os eleitos das três esferas do governo, os administradores privados, nosso familiares, amigos, vizinhos, correligionários... e quem sabe nós mesmos”.

A IMPORTÂNCIA DA DIMENSÃO HUMANA PARA O PLAJENAMENTO URBANO

Infelizmente, a maioria das nossas cidades não conta com um número suficiente de equipamentos públicos específicos de lazer voltados para o usufruto da comunidade local e turística. Uma explicação plausível para este fato é que:

> O urbanismo moderno atribuiu à cidade as funções de lazer, de morar, de trabalho e de circulação. Destas quatro funções, três ficaram confinadas e localizadas em espaços privados, cada vez mais circunscritos e homogêneos, cabendo à dimensão pública a função da circulação. O processo de fuga do controle e da gestão pública das funções da cidade contribuiu para o desaparecimento do sentido público e político da cidade, dando-se ênfase quase exclusiva a uma concepção de espaço urbano onde prevalece o caráter, o modelo privatista de cidade, de sociedade. (ROLNIK, 2000, p. 4).

O medo da população de sair às ruas encontra nos espaços de lazer, o abandono, a violência, as drogas e as áreas comuns de personagens marginalizados (hippies, mendigos, trombadinhas).

Tais fatores contribuem para o enclausuramento das pessoas, que, por não dispor de uma variedade de lazer nos logradouros públicos, acabam gastando seu tempo disponível em ambiente doméstico (MARCELLINO ET AL, 2006, p. 61). Logo, a carência desses espaços urbanos interfere na percepção dos residentes no tocante a imagem que ele mesmo faz de sua cidade: “entediante”, “perigosa”, “deserta”. Certamente, como consequência do problema generalizado, o visitante terá a mesma leitura.

“Um dos problemas inicias a ser superado é que, familiarizados com o próprio cotidiano, não conseguimos mais enxergar quantos componentes hostis ao turismo estão inseridos na vida”. (YÁZIGI, 2003, p. 15).

Por isso, Gehl (2013) é crítico ao urbanismo modernista, que prioriza as vias de acesso, mais espaços para automóveis e edificações de grandes proporções. O seu argumenta vai de encontro a essa ideologia que favorece os carros ao invés das pessoas e as construções em vez de lugares públicos acessíveis a todos.

O arquiteto defende uma intervenção política unificada que permita aos moradores usufruir, em conexão com suas atividades corriqueiras, de mais opções para caminhar, pedalar e se encontrar. Para ele, com o intuito de desenvolver

cidades mais “vivas, seguras, sustentáveis e saudáveis” é possível criar uma sociedade mais aberta e democrática. Ganham, dessa forma, residentes e visitantes.

Gehl (2013) demonstra que os trabalhos em urbanismo e o planejamento têm níveis de escalas distintos: a grande escala, que corresponde àqueles projetos que envolvem o todo da cidade, sob uma perspectiva aérea; a escala média abrange partes mais setorizadas de bairros, organização de edifícios e espaços públicos, através de um vislumbre comparado a de um helicóptero à baixa altura; e o que julga mais importante, a escala pequena, a da paisagem humana, que considera a vivência das pessoas e o que o seu campo de visão consegue atingir.

A ordem coerente para ele, sob a perspectiva da dimensão humana no planejamento urbano é a sequência: vida, espaço e edifícios. Todavia, o que vemos hoje é exatamente o inverso. A “síndrome de Brasília” expressa a estima exclusiva a escalar maior:

> a cidade é uma catástrofe ao nível dos olhos, a escala que os urbanistas ignoraram. Os espaços são muito grandes e amorfos, as tuas muito largas, e as calcadas e passagens longas e retas. As grandes áreas verdes são atravessadas por caminhos abertos pela passagem das pessoas, mostrando como os habitantes protestaram com os pés, contra o rígido plano formal da cidade. Se você estiver em um avião ou helicóptero ou carro – e a maioria dos moradores de Brasília não está – não há muito que comemorar. (GEHL, 2013, p. 197).

Para exemplificar a abordagem de Jan Gehl, nos será útil visualizar seus “12 critérios de qualidade com respeito à imagem do pedestre”, apresentado ao final da obra, na seção “Caixa de Ferramentas”, na página 239:

Proteção		
PROTEÇÃO CONTA O TRÁFEGO E ACIDENTES – SENSAÇÃO DE SEGURANÇA	**PROTEÇÃO CONTA O CRIME E A VIOLÊNCIA – SENSAÇÃO DE SEGURANÇA**	**PROTEÇÃO CONTRA EXPERIÊNCIAS SENSORIAIS DESCONFORTÁVEIS**
• Proteção aos pedestres • Eliminar o medo do tráfico	• Ambiente público cheio de vida • Olhos da rua • Sobreposição de funções de dia e à noite • Boa iluminação	• Vento • Chuva / neve • Frio / calor • Poluição • Poeira, barulho, ofuscamento

Conforto		
OPORTUNIDADES PARA CAMINHAR	**OPORTUNIDADES PARA PERMANECER EM PÉ**	**OPORTUNIDADES PARA SENTAR-SE**
• Espaço para caminhar • Ausência de obstáculos • Acessibilidade para todos • Fachadas interessantes	• Efeito de transição/zonas atraentes para permanecer em pé/ficar • Apoios para pessoas em pé	• Zonas para sentar-se • Tirar proveito das vantagens: vista, sol, pessoas • Bons lugares para sentar-se • Bancos para descanso
OPORTUNIDADES PARA VER	**OPORTUNIDADES PARA OUVIR E CONVERSAR**	**OPORTUNIDADES PARA BRINCAR E PRATICAR ATIVIDADE FÍSICA**
• Distâncias razoáveis para observação • Linhas de visão desobstruídas • Vistas interessantes • Iluminação (quando escuro)	• Baixos níveis de ruído • Mobiliário urbano com disposição para paisagens / para conversas	• Convites para criatividade, atividade física, ginástica e jogos • Durante o dia e à noite • No verão e no inverno

Prazer		
ESCALA	**OPORTUNIDADES DE APROVEITAR OS ASPECTOS POSITIVOS DO CLIMA**	**EXPERIÊNCIAS SENSORIAIS POSITIVAS**
• Edifícios e espaços projetados de acordo com a escala humana	• Sol / sombra • Calor / frescor • Brisa	• Bom projeto e detalhamento • Bons materiais • Ótimas vistas • Árvores, plantas, água

Fonte: Gehl, Gezmøe, Kirknæs, Søndergaard, “New City Life”, Copenhague: The Danish Architectural Press, 2006. Further Developed: Gehl Architects – Urban Quality Consultants, 2009.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto o poder público se ausentar de seu papel fundamental na democratização e conservação dos espaços públicos da cidade, assim como sua divulgação e incentivo à utilização, mediante políticas específicas de preservação do patrimônio ambiental urbano, seremos reféns de empreiteiros e do urbanismo rodoviarista. Enfim, teremos pouquíssimos avanços relacionados ao desenvolvimento de nossas cidades.

Essa política ultrapassada que expande cada vez mais vias de circulação de tráfego de automóveis individuais em detrimento de transportes públicos eficientes

desestimula o hábito de caminhar e pedalar, extingue os espaços públicos de socialização, diminui as calçadas e imprime nas cidades a marca insustentável da expansão horizontal dos centros urbanos – resultando em mais especulação imobiliária e necessidade de criação de novos caminhos asfaltados.

Yázigi (2003, p. 108) resume bem: "planejar o turismo sem regras para o capital, para os bens naturais, históricos e do espaço público, corresponde a um modelo que representa seu próprio fim".

Aquelas cidades que conseguirem adotar as medidas apresentados aqui por Jan Gehl, ao praticar um planejamento urbanístico centrado na condição humana, terão mais chances de desenvolvimento e, consequentemente, estarão mais preparadas para o turismo. É muito provável, inclusive, que sofram menos com a questão da sazonalidade, uma vez que sempre contarão com uma oferta considerável de atrativos no próprio espaço urbano, independentemente de calendários festivos ou de atividades relacionadas às estações do ano.

Alguns critérios como "proteção aos pedestres", "ambiente público cheio de vida", "fachadas e vistas interessantes" e "convites para criatividade, atividade física, ginástica e jogos" são os que, numa primeira leitura chamam atenção daqueles que estudam o turismo, pois são aspectos que remontam à noção de atratividade dos destinos receptores. No entanto, se considerarmos todos os elementos descritos por Gehl, teremos, também no planejamento turístico, mais chances de estarmos preparados para os desafios do século XXI.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Margarita. **Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo**. 14.ed. Campinas: Papirus, 2005.

BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do Espaço Turístico**. Tradução: Josely Vianna Baptista. Bauru: EDUSC, 2002.

GASTAL, Susana. O Produto Cidade: Caminhos da Cultura, Caminhos do Turismo. In: **Turismo Urbano**. CASTROGIOVANI, Antonio Carlos (Org.) 3.ed. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **Turismo, Imagens e Imaginários**. São Paulo: Aleph, 2005.

GEHL, Jan. **Cidade para Pessoas**. 2.ed. Tradução: Anita Di Marco. São Paulo: Perspectiva, 2013.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do Turismo**. 2.ed. rev. e ampl. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

LAGE, Beatriz Helena Gelas (Org.); MILONE, Paulo Cesar (Org.). **Turismo**: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2000.

MARCELLINO, Nelson Carvalho et al. **As Cidades e o Acesso aos Espaços e Equipamentos de Lazer**. Disponível em: <http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp44art04.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2015.

MOLINA, Sergio; RODRÍGUEZ, Sérgio. **Planejamento Integral do Turismo**: Um Enfoque para a América Latina. Tradução: Carlos Valero. Bauru: EDUSC, 2001.

RODRIGUES, Adyr Balesteri. **Turismo e Espaço**: Rumo a um Conhecimento Transdisciplinar. 3.ed. Hucitec, São Paulo, 2001.

ROLNIK, Raquel. **O Lazer Humaniza o Espaço Urbano**. Disponível em: <http://raquelrolnik.files.wordpress.com/2009/08/lazerhumanizaespacourbano.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2015.

_____. **O Que é Cidade**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

YÁZIGI, Eduardo. **Turismo**: Uma Esperança Condicional. 3.ed. São Paulo: Global, 2003.